

A LEITURA DISCURSIVA: LÍNGUA, TEXTO E SUJEITO NA ANÁLISE DO DISCURSO

LECTURE DISCURSIVE : LANGUE, TEXTE ET SUJET DANS L'ANALYSE DU DISCOURS

Anderson Ferreira¹

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia

RESUMO

Este artigo examina a leitura em uma perspectiva discursiva. De modo específico, averigua as noções de língua, texto e sujeito na Análise do Discurso. A construção do *corpus* de apoio considerou reunir textos, tomados como discurso, a fim de analisá-los considerando o material verbal. Como aparato teórico-metodológico, privilegia a Análise do Discurso de filiação francesa, em especial, as abordagens de Maingueneau (2008, 2013, 2015a) e Charaudeau (2011). Norteiam este trabalho, igualmente, os estudos de Possenti (2003, 2009, 2022) sobre as noções antes aludidas. Os resultados demonstram que, no campo do discurso, a leitura se coloca no espaço da negociação dos efeitos de sentido e do dissenso, o que passa, de modo incontornável, pelos sujeitos emergentes de certa concepção de língua e texto.

Palavras-chave: Leitura discursiva. Língua. Texto. Sujeito. Análise do Discurso.

RÉSUMÉ

Cet article examine la lecture d'un point de vue discursif. Plus précisément, il étudie les notions de langage, de texte et de sujet dans l'analyse du discours. La construction du corpus d'appui a consisté à rassembler des textes, pris comme discours, afin de les analyser en tenant compte du matériel verbal. En tant qu'appareil théorique-méthodologique, il privilégie l'analyse du discours de l'appartenance française, en particulier les approches de Maingueneau (2008, 2013, 2015a) et Charaudeau (2011). Ce travail est également guidé par les études de Possenti (2003, 2009, 2022) sur les notions mentionnées ci-dessus. Les résultats montrent que, dans le champ du discours, la lecture se situe dans l'espace de négociation des effets de sens et de dissensus, ce qui implique inévitablement les sujets émergent d'une certaine conception de la langue et du texte.

Mots-clés: Lecture discursive. Langue. Texte. Objet. Analyse du discours.

Considerações iniciais

No presente texto, propomos uma discussão sobre a leitura em uma perspectiva discursiva. Esse tema nos envolve há pouco tempo – da produção da tese de doutorado, em 2018, à produção do livro *Ler Discursos*, em 2023,² mesmo assim, fomos instigados a revisitar

¹ E-mail: andersonferreirasp94@gmail.com

² O livro *Ler discursos* é o resultado parcial do estágio de Pós-Doutorado realizado no Programa de Pós-graduação em Linguística – PPGEL/Ufes, com a supervisão do Prof. Dr. Jarbas Vargas Nascimento (PUC-SP/Ufes).

alguns caminhos já traçados em trabalhos anteriores; porque, com certeza, muitas pontas ficaram soltas.

O aparato teórico-metodológico que fundamenta a presente discussão tem sido, desde o desenvolvimento do tema, em 2018, a Análise do Discurso de filiação francesa (AD), particularmente as abordagens de Maingueneau (2008, 2013, 2015a) e Charaudeau (2011). Mobilizamos, também, os estudos de Possenti (2003, 2009, 2022) sobre língua, texto e sujeito no discurso da AD. Tais estudos focalizam a língua e o texto como elementos relevantes na produção da leitura discursiva. Evidentemente, as noções de língua e de texto tal como a AD as compreende.

A construção do *corpus* de apoio considerou reunir textos, tomados como discurso, para esclarecer certas posições outrora já defendidas, entre elas: i) a de que uma leitura discursiva deve situar a materialidade da produção da leitura, no gênero e campo discursivos dos quais ela participa/atravessa/emerge; ii) os sujeitos da produção da leitura são tão diversos quanto os campos e gêneros discursivos em dada sociedade; e, finalmente, iii) a noção de sujeito tem a ver com as noções de língua e texto (entre outras coisas) que se assume em determinado quadro teórico.

Afora as *Considerações iniciais e finais*, apresentamos, na seção *A apreensão do leitor*, uma percepção sobre a maneira pela qual se dá a inscrição do leitor nos discursos sobre a leitura, isto é, em textos que falam sobre a leitura. Na seção seguinte, *Língua, texto e sujeito na Análise do Discurso*, averiguamos as noções de língua, texto e sujeito na AD, por meio dos estudos de Possenti (2003, 2009, 2022) acerca do tema. Também, nessa mesma seção, propomos breves análises do *corpus* reunido.

A apreensão do leitor

Lendo textos sobre leitura, poucos negariam que o leitor de quem se fala não existe. Isto é, não se pode negar que, ao ler esses textos, os leitores de quem se fala se encontram “fora da linguagem”, no mundo; são, pois, de carne e osso e andam por aí aptos (ou não) – subjetiva e materialmente – para a prática da leitura.

No discurso dos textos a seguir, por exemplo, o leitor é inscrito como aquele que está no mundo.

Ler em voz alta, ler em silêncio, ser capaz de carregar na mente bibliotecas íntimas de palavras lembradas são aptidões espantosas que adquirimos por

meios incertos. Todavia, antes que essas aptidões possam ser adquiridas, o leitor precisa aprender a capacidade básica de reconhecer os signos comuns pelos quais uma sociedade escolheu comunicar-se: em outras palavras, o leitor precisa aprender a ler (MAINGUEL, 2021, p. 85).

Há quem só consiga ler um livro de ensaios, por exemplo, sentado quieto em seu canto, tomando notas, assinalando passagens do texto; outros o fazem deitados ou mesmo em pé em meio a maior balbúrdia (MARTINS, 2012, p. 85).

Quem não se lembra, como eu, das leituras feitas na época das férias, sucessivamente ocultadas sob todas as leituras diurnas que eram tranquilas e invioláveis o suficiente para poder abrigá-las (PROUST, 2016 p. 6).

Nesses textos, observamos diferentes representações de leitores e de leituras, mas o que precisamos destacar no momento é que o leitor é tomado de forma individualizada, como estrategista ou não. De fato, um “leitor real”, de carne e osso, que estaria na “recepção” da leitura. Trata-se, enfim, de um leitor intencional, em posições mais ou menos livres, a saber: na aprendizagem (MANGUEL, 2021), nos gestos de leitura (MARTINS, 2012) e na fruição (PROUST, 2016).

Isso também acontece no discurso de pesquisas quantitativas em que o leitor é aquele que se encontra “fora da linguagem”, mas surgindo como um dado genérico. Enunciados do tipo: “No Brasil, 44% da população não lê e 30% nunca comprou um livro”.³ Aqui, o leitor, mesmo apreendido como um dado genérico, é aquele que se move para um exercício particular de consumo, ou seja, lê ou não, compra ou não livros. Com efeito, em discursos desse tipo, uma voz evoca a posição de que o brasileiro não lê, isto é, que o leitor em potencial que estaria “fora da linguagem” não possui o hábito de leitura.

Porém, observa-se que, tanto no dado de pesquisa como nos textos anteriores, emerge no e pelo discurso um leitor-representado, que nada tem de real. Além disso, esses discursos, ao passo que descartam a leitura de outras semioses, reduzem a noção de leitura a leitura de textos escritos, indicando sua perspectiva logocêntrica. Nesses casos, o leitor-representado é, em particular, o leitor de livros, e, em geral, o de textos escritos; e não o leitor de uma materialidade plurissemiótica. No caso do enunciado supra, a voz que evoca uma posição de que a população brasileira não lê reduz a produção da leitura a leitura de livros e de textos escritos.

³ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/04/24/no-brasil-44-da-populacao-nao-le-e-30-nunca-comprou-um-livro-diz-rafael-guimaraens>. Acesso em: 15 abr.2024.

Esse aspecto indica uma entrada no tema da leitura pela via da edição e circulação de textos escritos, e não, propriamente, pela produção de sentidos da leitura. Contudo, há uma via de mão dupla, pois sabemos que a leitura centrada no texto escrito durante muito tempo orientou o olhar para “a justa leitura dos textos” (CHARTIER, 2011, p. 242), o que corrobora com a ideia de leituras mais legítimas que outras (FERREIRA, 2020), as quais exigiriam leitores atenciosos e comprometidos com certo sentido imanente do texto. Não é difícil notar que a posição que defende a leitura de textos escritos, particularmente, de livros, advém do discurso da tradição, o qual desconsidera a leitura de textos não canônicos e, obviamente, textos multimodais (POSSENTI, 2009).

Do mesmo modo, por muito tempo, a concepção de leitura centrada no texto escrito viabilizou o ensino da leitura que toma o texto como pretexto para o ensino da gramática normativa escolar. O leitor – sujeito-estudante – adere a leitura como um espaço labiríntico, no qual ele estaria imerso em um ideal normativo-prescritivo, que é o modelo dominante para o ensino de língua materna no Brasil (MATTOS E SILVA, 1996). Consciente e intencional, o leitor-estudante se embrenha na leitura para acertar questões e decorar regras gramaticais descontextualizadas. Um exemplo pode ser retirado das propostas de leitura incluídas em livros didáticos.

Em Ferreira, Ferreira e Nascimento (2018), analisávamos uma atividade de leitura proposta no livro didático de Cereja e Cochar (2015).⁴ Tratava-se de uma campanha da *Sundown*,⁵ para os dias das mães, em que se apresentava na seção do livro “A língua em foco” um texto inscrito no campo e gênero publicitários.⁶ Com base nisso, naquele trabalho, nosso interesse era produzir uma leitura que, ao colocar “a língua em foco”, não apagasse a dimensão discursiva do texto da *Sundown*.

Naquela proposta não tínhamos como objetivo demonizar o livro didático, mas observar, entre outras coisas, certo “método” de leitura⁷ (bastante combatido, aliás), que usa o texto como

⁴ Naquele trabalho, queríamos discutir a maneira pela qual a sequência didática encaminhava a proposta da leitura de um texto publicitário. Evidenciávamos, enfim, o fato de o livro didático apresentar um texto multimodal para dele extrair apenas a questão do verbo no modo imperativo.

⁵ Fabricante de bicicletas.

⁶ No centro do texto, havia uma imagem de uma bicicleta, acima dessa imagem uma pequena frase: “Dê um presente que mexa com a sua mãe”, e abaixo, em letras menores, outra frase: “Coloque a mamãe para pedalar e aproveitar a vida fora de casa”; “Conheça a linha feminina de bikes Sundown, uma delas vai mexer com a sua mãe”. Finalmente, do lado esquerdo abaixo, uma pequena imagem-foto de pessoas andando de bicicleta numa trilha. Nessa seção do livro, visava-se recuperar a função do modo imperativo do verbo, nas frases que destacamos acima.

⁷ Esse “método” de leitura esteve presente outrora em textos literários utilizados em livros didáticos. Com efeito, quando se fala de literatura nas escolas no Brasil, é oito ou oitenta, ou seja, se antes os textos literários eram utilizados como pretexto para o ensino de gramática normativa escolar, hoje “a literatura na escola se vê relegada

pretexto para produção de exercícios de gramática normativa. Para além disso, pretendíamos apresentar uma perspectiva de leitura discursiva sem nos desviar da “língua” (sem apagar a questão gramatical colocada pelo fenômeno do imperativo do verbo), e, sobretudo, apreender os sujeitos (coenunciadores) do discurso da *Sundown* como sujeitos históricos.

É por isso que iniciamos este trabalho comentando sobre discursos que inscrevem um leitor-representado, no caso do livro didático citado: um leitor-estudante acrítico colecionador de regras gramaticais normativas. Dessa forma, visamos nos afastar dessa concepção, que apela francamente para a ideia de leitores pragmáticos.⁸ Aqui não se trata de produzir crítica a essa ou aquela concepção de leitura, apenas dizer que o que nos interessa são as “leituras” e os sujeitos-leitores, instâncias discursivas, que emergem na produção da leitura num dado discurso, materializado, preferencialmente, em textos em circulação social.

No entanto, essa inclinação para tomar o leitor numa dimensão pragmática, consta, também, em trabalhos no campo da AD, como nessa conhecida passagem de Maingueneau (2013), ao falar da “leitora” que lê numa revista um texto publicitário de produtos para emagrecer:

A leitora da revista em que é apresentado o anúncio encontra-se simultaneamente envolvida nessas três cenas. Ela é interpelada ao mesmo tempo como consumidora (cena publicitária) como leitora de revista preocupada em manter a forma (cena do gênero de discurso) e como interlocutora e amiga de uma mulher ao telefone (cena construída pelo texto) (MAINGUENEAU, 2013. p. 96).

De certo, num livro destinado a estudantes não especialistas em ciências da linguagem, isto é, num livro didático sobre Análise do Discurso, o termo “leitora” evita bastante confusão, se comparado aos termos coenunciadora, leitora-modelo, instância leitora. Contudo, do modo que a análise é redigida, parece-nos que a “leitora” da revista está “fora da linguagem”, consciente ou não do seu envolvimento com as três cenas descritas. Talvez, esse esquema

a lugar secundário e sem força na formação das crianças, dos adolescentes e dos jovens” (DALVI; REZENDE; JOVER-FALEIROS, 2013, p. 9).

⁸ Se o relato possuir alguma relevância em gêneros acadêmicos, confessamos que a percepção que temos hoje advém de leituras sobre textos sobre “leitura” e, também, de conversas informais, com especialistas ou não, tidas por ocasião da produção de nossa tese de doutoramento. Sempre que dizíamos que o tema de nossa pesquisa era a “leitura”, éramos imediatamente colocados no espaço da Educação ou da Literatura, ou em ambos ao mesmo tempo. Sempre que dizíamos que o nosso “leitor” era uma “instância discursiva”, éramos colocados no espaço da abstração (*nonsense?*). Por fim, sempre que dizíamos que a nossa “leitura” era discursiva e não apenas de textos escritos, éramos colocados ou no espaço dos “métodos de leitura” (leitura dinâmica, leitura proficiente etc.), ou, novamente, no espaço da Educação (leitura do mundo, esta última nos interessou!). Mas essas “colocações” partiam, muitas vezes, de não especialistas, e, quando partiam de especialistas, já vinham impregnadas com uma “leitura de simulacro” de trabalhos em Análise do Discurso.

comunicacional parece ter um estatuto pragmático fortemente estabelecido. É o próprio Maingueneau que esclarece esse ponto comentando sobre outra questão relevante para o estudo da linguagem.

É sempre mais confortável se manter no esquema comunicacional clássico em que um locutor em carne e osso se relaciona com um alocutário. A Linguística moderna se constituiu em torno desse modelo que envia para a periferia os fenômenos que pareçam resistir ao que seria o exercício “normal” da palavra [...]. Sem dúvida, não é possível iniciar o estudo da linguagem sem partir desse modelo, mas não se pode ficar restrito a ele (MAINGUENEAU, 2022, p. 126)

O fato é que em estudos discursivos circulam termos de diferentes campos do conhecimento (Educação, História, Sociologia, Antropologia, Psicologia etc.), e nem sempre é fácil “disputá-los” para os propósitos da AD. Isso acontece com os termos “leitura” e “leitor”, por exemplo, mas também com “língua”, “texto”, “sujeito” etc. Por isso, neste trabalho, não será preciso reclamar uma “justa” leitura para os termos apresentados, apenas observar que “leitor” e “leitura” serão apreendidos discursivamente, assim como as noções de língua, texto e sujeito que veremos na próxima seção.

As noções de língua, texto e sujeito na Análise do Discurso

Em trabalho recente (FERREIRA, 2023), – considerando a perspectiva teórico-metodológica da Análise do Discurso de filiação francesa, em diálogo com diferentes autores de campos sociais diversos e, por fim, discutindo, entre outras coisas, acerca do estatuto do sujeito-leitor na produção da leitura discursiva – fizemos a seguinte afirmação:

Ler, então, é uma forma de (re)ação sobre o outro, ao passo que a leitura se orienta para uma finalidade, não de resolução, mas de negociação do dissenso. Por isso, a leitura não é uma atividade pacificadora (FERREIRA, 2023, p. 14).

Evocamos a ideia de “tensões” para suscitar cenários de “não resolução”, “negociação do dissenso” e “interincompreensão” na produção da leitura. Esses cenários têm lugar nos estudos discursivos e, também, na noção de leitura nem sempre explícita nesses estudos. Neste trabalho, sob o signo dessas “tensões”, observaremos, na próxima seção, as concepções de língua, texto e sujeito no discurso da AD.

A língua

A língua é criada unicamente com vistas ao discurso, tornando a fronteira entre discurso e língua indefinível. Porém, como lembra Charaudeau (2011), as noções de língua e discurso assinalam dois lugares um pouco diversos de estruturação da linguagem. Enquanto a língua pode ser apreendida como o lugar de consolidação entre formas e sentido, o discurso pode ser apreendido como o lugar de estruturação das práticas em função de suas condições de produção. O poeta e linguista Henri Meschonnic, citado por Adam (2011), já havia advertido sobre o perigo de transportar as categorias da língua, fundadas por uma tradição, para as categorias do discurso, noção relativamente nova nos estudos da linguagem.

O lugar da língua se organiza em sistemas, ou seja, em redes de relações entre unidades (fonológicas, morfológicas, sintáticas), de acordo com princípios de combinações sintagmáticas e paradigmáticas. O discurso, por seu turno, se constitui como lugar de comportamentos linguageiros dos usuários da língua, e, ao mesmo tempo, como lugar de categorizações semânticas, ligadas a sistemas de conhecimento e de crença, em que se inscrevem indivíduos e grupos sociais.

Disso resultaria duas linguísticas, a saber: a linguística da língua e a linguística do discurso. Segundo Charaudeau (2011), a primeira seria orientada para a descrição dos sistemas intrínsecos a cada língua, pressupondo a existência de um sujeito operador de categorias cognitivo-linguísticas. A segunda, por sua vez, seria orientada para a descrição dos usos e das significações sociais, pressupondo a existência de um sujeito operador de categorias sociodiscursivas, portador de um imaginário social.

No que se refere à leitura discursiva no quadro da AD, a noção de língua não precisa ser discutida sempre em relação à de discurso. Parece ser mais produtivo observar o que diz o discurso da AD sobre língua, como o faz, por exemplo, Possenti (2003, 2009, 2022). Por isso, para os nossos propósitos, não vamos apresentar uma fortuna crítica da possível “evolução” da noção de língua em Linguística, mas apenas destacar, no discurso da AD, certa posição sobre língua que possa contribuir para a leitura discursiva de textos em circulação social.

Possenti talvez seja um dos poucos de sua geração a criticar mais abertamente o desprezo pelo material linguístico nos departamentos de Linguística.

Muitos estudos ligados a questões de significação praticamente abandonaram análise do material propriamente linguístico em favor de fatores circunstanciais, situacionais, em favor de uma suposta negociação de sentido entre interlocutores etc. (POSSENTI, 2009, p. 61).

No caso específico de trabalhos em AD, Possenti (2022, p. 240) observa que “tem havido trabalhos [...] reivindicando a relevância de outras semioses. Às vezes, trata-se mais de fugir da língua do que de demonstrar a relevância de outros sistemas significantes”.

Quer seja uma observação advinda da leitura de muitas teses de doutorado, quer seja da leitura pessoal de livros que mobilizam o quadro teórico-metodológico da AD, esse fenômeno pode ter a ver com a heterogeneidade de pesquisas no campo e, particularmente, com “o que pesquisam os analistas do discurso” (MAINGUENEAU, 2015b). Também e, por consequência, pelo interesse que os pesquisadores, dada à sua posição, têm em determinados *corpus* e não em outros.

Em Ferreira (2023), diante de textos multimodais em circulação no espaço digital, a nossa dificuldade também era focar nos elementos de um dado texto para produzir (descrever) seus efeitos de sentido, isto é, para certa categoria que mobilizávamos, algo sempre ficava apagado. Uma vez que visamos analisar textos, – mais ou menos da maneira que eles aparecem nas mídias digitais – precisamos ocupar a posição-leitor que lê esses textos – aquela que abre o computador ou o celular e se depara com uma quantidade desconcertante de estímulos semióticos.

Desse modo, a língua, muitas vezes, apenas ganhava proeminência quando o material verbal “parecia estar em destaque” em um dado texto,⁹ como observamos no texto a seguir (fig. 1), em que se joga com o fenômeno da ambiguidade lexical.

Texto [1]

⁹ Talvez, a ideia de “estar em destaque” é consequência do efeito-leitor, ou seja, um leitor pode prestar mais atenção na imagem do que nas palavras ou frases de um texto, e vice-versa.



Figura 1. Arquivo pessoal.

Porém, mesmo que os gestos de leitura se atravessem, uma posição-leitor “de usuário da internet” não é a mesma de uma posição-leitor “de pesquisador de um departamento de Letras. Dessa forma, a crítica que Possenti faz a certo apagamento do material verbal nos trabalhos dos departamentos de Linguística nos parece pertinente. Em textos de AD, particularmente, não lemos, em seus autores fundamentais¹⁰, uma negação explícita da relevância do material verbal nas análises; tampouco observamos um tom de desprezo pelo material linguístico-textual. (POSSENTI, 2009, p. 62).

Como demonstra Possenti (2003), a concepção de língua tem sido apresentada em AD de maneira indireta. Mais por enunciados negativos do que positivos, como: “a língua *não é transparente*”. Esse tipo de procedimento pode ter a ver com o fato de a noção de língua, por sua antiguidade, ser venerável, conforme argumentou Meschonnic, citado anteriormente. Isto é, em certos casos, antes de construir um conceito, é preciso negar outros que são incompatíveis, mas que estão consolidados pela tradição.

De qualquer modo, trata-se, para a AD, de recusar uma posição que compreende a língua como função de representar o real (BRANDÃO, 2012). Com base nessa recusa, Possenti (2003) acrescenta outra: a que diz respeito à autonomia da sintaxe da língua. Mesmo admitindo uma ordem própria da língua, nas dimensões fonológica, morfológica e sintática, a AD considera que seu funcionamento ocorre segundo o processo discursivo em uma dada conjuntura. Com isso, o sentido não é da ordem da língua e, sim, da ordem das formações discursivas.

¹⁰ Possenti (2009) refere-se aqui de autores em destaque na Análise do Discurso de filiação francesa como Pêcheux, Maingueneau e Courtine, por exemplo, mas também filósofos como Bakhtin e Foucault, que, em muitos pontos, contribuíram para o campo da AD.

Em outro trabalho, Possenti (2022) apresenta um exemplo bastante esclarecedor sobre esse ponto. Transcrevemos o texto jornalístico em itálico e a parte da análise do autor a seguir:

[A causa do MST é justa. A causa da Arafat também. Os dois movimentos simbolizam a eterna luta do pobre contra o rico, do fraco contra o forte. Ambos, porém, são identificados com a radicalização que Lula e o PT tanto se esforçam para repudiar].

A questão é “são identificados por quem”? A sintaxe da língua permite o apagamento do agente da passiva (ou do sujeito) – senão, este espaço não estaria vazio ou não se trataria de sentença gramatical. Como se interpreta? O interdiscurso, a memória discursiva, daria a resposta: “por forças da direita” (para simplificar). E como se interpreta o fato de o vazio ser exatamente este, de haver um item impedido de aparecer por alguma força? A FDs [formações discursivas] decidem o que se pode e o que não se pode dizer, trate-se de enunciados, trate-se de determinados “elementos”. Uma questão fundamental: o elemento “apagado” não está próximo, não faz parte de um contexto imediato, donde a dificuldade de uma análise funcional (POSSENTI, 2022. p. 247).

Se na produção da leitura discursiva em sala de aula nos deparássemos com o texto que Possenti (2022) analisa, e, por exemplo, estivéssemos tratando da sintaxe, certamente não bastaria apenas ressaltar, no material verbal, a ordenação e os mecanismos que permitiram dada comunicação. Com efeito, sem desprezar a língua, é possível ler o discurso no texto. Assim, a “gramática pode ser a mesma (de fato, é a mesma) para diversos enunciadorees, mas o sentido do que eles dizem não pode sê-lo, porque esse decorre de fatores que não são da ordem da língua” (POSSENTI, 2003, p. 361).

A língua não é transparente, mas também não é expressão do pensamento, não é instrumento e, por conseguinte, não é dependente das interações. No discurso da AD sobre língua, é importante a constatação de que seu pronunciamento apenas é feito na medida que a materialidade linguística afeta o campo dos sentidos. Isso explica o discurso sobre língua de maneira indireta, muitas vezes, pela negação.

Contudo, como argumenta Possenti (2009), a AD não é anti-linguista e, mais enfaticamente, não há AD sem linguística, porque, embora reconheça a especificidade da língua, a AD limita seu domínio. Dessa forma, nunca é demais lembrar que, para a produção da leitura em uma perspectiva discursiva no quadro da AD, o material linguístico é medular.

Apenas para ilustrar o que acabamos de afirmar, mobilizamos o texto a seguir (fig. 2) e destacamos o sufixo “-eiro” do nome “BRAHMEIRO”.

Texto [2]



Figura 2. Arquivo pessoal

No fim da década de 2000, a cervejaria Brahma lançava a campanha “o sabor de ser brahmeiro”, que tinha como objetivo vincular o espírito guerreiro ao brasileiro e ao trabalhador.¹¹ Por meio do nome da empresa, portanto, do substantivo “Brahma”, formou-se o adjetivo “brahmeiro”, “eu sou brahmeiro”. No decorrer da campanha, “brahmeiro” passa também a exercer, do ponto de vista morfossintático, a função de substantivo: “o brahmeiro”. Mas quem estaria sendo especificado por esse adjetivo?

Evidentemente, considerando a principal finalidade dos gêneros de discurso publicitários não se tratava apenas de vender uma cerveja, mas produzir a adesão dos consumidores a um *ethos* de trabalhador, honesto, espiritualizado, popular etc., e, particularmente, homens, público-alvo das cervejarias, já que a formação discursiva se decidiu por “brahmEIRO” e não “brahmEIRA”. Portanto, o sufixo “-eiro” aproxima para si outros nomes, como brasileiro e guerreiro, que farão parte da campanha, inclusive, em músicas e vídeos produzidos na época.¹² Nesse caso específico, podemos ler várias coisas, mas a questão da língua (Morfossintaxe) parece incontornável para a produção dos efeitos de sentido.

O texto

Quando tomados como discurso, os textos suscitam algo que estaria “lá fora”, assim, uma leitura do texto publicitário da *Sundown* – trazido na primeira parte deste trabalho – seria considerada radicalmente reducionista caso olhasse apenas para o material verbal do texto e,

¹¹ Muitos personagens famosos e anônimos participaram dessa campanha. Talvez, o mais significativo, à época, tenha sido o sambista carioca Zeca Pagodinho.

¹² Disponível em: https://youtu.be/-4ofFW__1i4?si=IQKxBTrA0nvuNXMW. Acesso em: 18 abr. 2024.

ainda, bastante simplória caso focasse apenas a função gramatical do imperativo do verbo. Os textos, argumenta Angermuller (2016, p. 81), “mesmos aqueles mais conceituais, não são conteúdos autossuficientes”, por isso, é preciso lê-los considerando os gêneros e campos discursivos de onde emergem.

Orlandi (1995), para apresentar uma noção de texto, mobiliza um deslizamento nos enfoques, apresentando-os do mais estrito ao mais amplo. Primeiro, a autora concebe o texto como realidade empírica: uma peça de linguagem; depois como uma peça de linguagem teatral, em que o texto estaria amarrado à textualidade, que é um modo de materialização do discurso. Finalmente, partindo para um enfoque mais amplo, a autora define o texto como um objeto linguístico-histórico.

Esse deslizamento nos enfoques é produtivo, pois considera um texto sempre em construção. Nesse sentido, um texto pode ser considerado como uma peça de linguagem, e, ao mesmo tempo, como um objeto linguístico-histórico, mas nunca escapa à sua interdiscursividade, sendo, pois, a “unidade de análise”¹³ afetada pelas condições sócio-históricas e culturais de produção, conforme Orlandi (1995, p. 112-113),

o texto, visto na perspectiva do discurso, não é uma unidade fechada – embora, como unidade de análise, ele possa ser considerado uma unidade inteira – pois ele tem relação com outros textos (existentes, possíveis ou imaginários), com suas condições de produção (os sujeitos e a situação), com o que chamamos de sua exterioridade constitutiva (o interdiscurso: a memória do dizer).

Para Orlandi (1995, p. 117), o texto é “o lugar do jogo de sentidos, de trabalho da linguagem, de funcionamento da discursividade” e, quando tomado como discurso, ele ressignifica os espaços de mobilidade sociocultural, como podemos observar no texto a seguir (fig. 3).

Texto [3]

¹³ Para AD, o analista não analisa textos, mas *corpus*, o que não é tão evidente para a produção da leitura discursiva, pois a impressão é que a leitura é, preferencialmente, de textos escritos.



Figura 3. Arquivo pessoal

Na concepção proposta por Orlandi (1995, p. 117), não interessa a organização do texto, mas “o que o texto organiza em sua discursividade”. No texto anterior (fig.3), apela-se, com certa reverência, aos “pixadores” para que eles não escrevam no muro de um estabelecimento que contribui com uma instituição de caridade (GRAACC). Há, portanto, uma ressignificação do espaço sociocultural na medida em que o ato de “pixar” não é mais considerado como vandalismo, ou mesmo crime.¹⁴

De fato, convivem, em uma dada sociedade, pessoas que “pixam” paredes de instituições e residências, públicas ou privadas, monumentos históricos etc., e pessoas que ajudam crianças com câncer. Mas, no caso do texto em destaque, as primeiras são tratadas com reverência pelas segundas, fato que ajuda a explicar um pouco, num dado espaço sociocultural, a própria sociedade.

Outras propostas que discutem o par texto-discurso podem ser aventadas para contribuir com a produção da leitura discursiva. Por exemplo, para Adam (2011), o texto privilegia a organização do cotexto conforme critérios de coesão, ao passo que o discurso se ocupa mais do contexto segundo critérios de coerência. Desse modo, o texto se definiria pela organização de sua configuração em relação ao seu “entorno”; e o discurso, por seu turno, concerniria à organização semântica.

Charaudeau (2011) concorda com Adam (2011) nessa posição, mas se afasta dela quando este autor assume que o texto e o discurso são as duas faces complementares de um objeto comum assumido pela Linguística Textual. Diferente de Adam, Charaudeau defende que

¹⁴ No caso de ser considerado crime, o ato de “pixar” foi ressignificado anteriormente com a própria criação da lei, bem como pelo conjunto de textos que consideram o ato vandalismo.

a relação de complementaridade entre texto e discurso não é simétrica, já que um mesmo texto é portador de discursos diversos e um mesmo discurso atravessa vários textos.

No entanto, para produzir sentidos, o discurso precisa de uma configuração material, que, preferencialmente, é texto. Por isso, em algum momento, os discursos sombreados foram textos (CHARAUDEAU, 2011). Vejamos o exemplo do texto a seguir (fig.4), com a descrição da parte verbal ao lado do mapa do Brasil logo abaixo.

Texto [4]



Figura 4. Arquivo pessoal

Em letras menores, do lado esquerdo do mapa, lemos:

[Muitas pessoas estão sendo capazes, hoje, de tirar proveito das riquezas da Amazônia. Com o aplauso e o incentivo da SUDAM [Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia]. O Brasil está investindo na Amazônia e oferecendo lucros para quem quiser participar desse empreendimento. A Transamazônica está aí: a pista da mina de ouro. Comece agora. Faça sua opção pela SUDAM. Aplique a dedução do seu imposto de renda num dos 464 projetos econômicos já aprovados pela SUDAM. Ou então apresente seu próprio projeto (seja ele industrial, agropecuario, ou de serviços). Você terá todo o apoio do Governo Federal e dos governos dos Estados que compõem a Amazônia. Há um tesouro à sua espera. Aproveite. Fature. Enriqueça junto com o Brasil. Informe-se nos escritórios da SUDAM e nas agências do Banco da Amazônia].

O texto anterior (fig.4) é a configuração material do “projeto” da ditadura militar (1964-1985) para a Amazônia, no Brasil do século passado. Se atualmente os governos não falam mais desse modo, não significa que o seu discurso sobre desmatamento da floresta amazônica não

tenha interesse de explorá-la financeiramente, isto é, o discurso no texto da SUDAM está sombreado atualmente, mas não desapareceu.

Sabemos que o discurso de que a Amazônia é um lugar para construir riqueza, mesmo que a natureza seja devastada e as pessoas daquele lugar de lá sejam expulsas ou mortas, foi construído por meio de diversos gêneros de discurso (publicitários, jornalísticos, jurídicos, religiosos etc.). Conforme exemplifica Charaudeau (2011, p. 6), vai sendo produzido um “fenômeno estranho” de vaivém entre textos “que fazem eco uns aos outros, que acaba construindo uma significância abstrata que se encontra em diferentes textos sem estar num deles unicamente”.

Tal “fenômeno estranho” inscreve o histórico no texto, e é esse uns dos aspectos que uma leitura escolar, baseada em questionário sobre gramática normativa, não consegue captar. Por isso a consideração de Orlandi (1995), para quem o texto é um objeto linguístico-histórico, é pertinente. O texto que, tomado como discurso, revela sua relação com outros textos, com suas condições sócio-históricas e culturais de produção, com os sujeitos e com a memória do dizer. Discurso não é texto, lembra ainda Charaudeau (2011), mas é carregado e materializado por textos.

No entanto, não deveríamos ir tão longe quando se trata de leitura de textos. Seja ela na escola, para produzir uma atividade que vale ponto, seja ela no espaço digital da internet, para se informar sobre as novas tendências do mundo dos games, por exemplo. A finalidade da leitura e o efeito-leitor, entre outras coisas, costumam quase sempre apagar seu estatuto histórico e sua memória discursiva.

A respeito do efeito-leitor, em particular, Possenti (2009) enumera três razões para que múltiplas leituras sejam aventadas em relação a um mesmo texto. Sintetizando-as:

- a) “O leitor pode associar determinado texto a determinado discurso ao invés de associá-lo a outro, e por isso, faz dele uma leitura e não outra” [...].
- b) “O leitor lê o texto segundo uma chave “fechada”, que ele já domina (ideológica ou disciplinar), e acaba lendo no texto o que já “sabia”, mesmo que o texto diga outra coisa” [...].
- c) A ocorrência de certas palavras no texto permite que o leitor faça associações mais ou menos livres entre o que lê e outros temas, pelo fato de esses temas aparecerem frequentemente associado às mesmas palavras (isto é, o leitor, lê sem levar em conta gêneros, FD, campos diversos, doutrinas eventualmente opostas etc. [...]) (POSSENTI, 2009, p. 14-15).

A última razão **(c)** exemplifica uma leitura de texto que a proposta de leitura discursiva visa combater, ou seja, ler um texto sem levar em conta os gêneros e campos discursivos. Para

AD, o texto apenas faz sentido se for inscrito num gênero e campo discursivos dos quais participa (científico, religioso, jornalístico, humorístico, publicitário, jurídico, educacional etc.).

Indo um pouco além, diríamos que, embora “o reinado do texto seja incontestável”, como afirma Maingueneau (2022, p. 126), os gêneros de discurso, que são realizados em textos, são medulares na produção da leitura, porque, inclusive, é por meio deles que conseguimos identificar as restrições do campo discursivo do qual o texto pertence/emerge/atravessa. No texto da SUDAM a respeito da Amazônia, por exemplo, sabemos que, mesmo que se trate de um texto do século passado, o discurso de exploração das riquezas naturais daquela floresta advém de um posicionamento econômico de um dado campo (político, militar)¹⁵, ideologicamente marcado.

Mas o que fazer com a leitura que nos envolve todos os dias, sobretudo as mais invasoras que nos demandam respostas rápidas? O tempo (do relógio), muitas vezes, nos impede de relacionar um texto a determinados gênero e campo discursivos na produção da leitura. O texto da SUDAM poderia ser relacionado ao campo da publicidade? Talvez, uma leitura discursiva na escola nos permitiria, com todas as dificuldades materiais e subjetivas já conhecidas, trabalhar com mais calma um texto, relacionando-o a um dado gênero e campo discursivos, sobretudo, reafirmando a posição de que gênero não é substituto de texto. Porém, em textos em circulação social, particularmente, no espaço digital da internet, nem sempre isso é possível.

A esse respeito, com base na proposta desenhada por Maingueneau (2008, 2013, 2015a) acerca das cenas da enunciação, apresentamos a ideia de cenas da leitura (FERREIRA, 2023), que visava, em primeiro lugar, considerar o gênero de discurso como medular na produção da leitura; depois indicar certo protocolo de uma dada leitura por meio da “posição-leitor”, mais ou menos, como as “razões” enumeradas por Possenti (2009). E, por fim, aventar a hipótese de que o leitor negocia efeitos de sentidos com os sujeitos do discurso (leitores avatares), em geral, negocia o dissenso.

Isso porque, em AD, um texto, se considerado como uma “peça de linguagem”, torna-se insuficiente. O mesmo ocorre para a leitura em uma perspectiva discursiva, isto é, para ler um texto, não basta ter acesso a ele (POSSENTI, 2009). Assim como na proposta de Cereja e Cochar (2015), citada anteriormente, a leitura de um texto é sempre esvaziada se produzida

¹⁵ Neste caso, é interessante observar que o posicionamento econômico atravessa diversos campos, inclusive, o político e o militar, mas estes últimos escolhem um gênero publicitário para colocar em evidência esse posicionamento [econômico], assim, oculta outros, particularmente, do campo militar. “Integrar para não entregar”.

apenas para explicar o funcionamento da língua, pois, o texto, tomado puramente como objeto linguístico, coloca em questão o próprio fato de sua leitura produzir/criar efeitos de sentido diversos em condições sócio-históricas e culturais diversas. Em última instância, coloca em questão a emergência da (inter)subjetividade.

O sujeito

Quando considera a especificidade do *corpus* em AD, Charaudeau (2011) destaca que certas distinções¹⁶ justificam o fato de que um *corpus* de discurso resulta de diversos tipos de agrupamentos; a saber: paratextual (palavras, enunciados, modos de dizer); interdiscursivo (saberes de conhecimento e de crença); e situacional (interlocutores, finalidade e dispositivo). Esses agrupamentos são produzidos segundo o tipo de contraste escolhido com base em três tipos de problemática de análise: a cognitiva e categorizante; a comunicativa e descritiva; e a representacional e interpretativa.

Na problemática cognitiva e categorizante, o sujeito emergente do objeto de estudo será chamado de sujeito cognitivo. Considera-se, então, a capacidade de o sujeito de produzir e/ou discernir operações de articulação discursiva, relações anafóricas ou catafóricas, “conexões coordenadas ou subordinadas, relações de coerência e de coesão, de progressão e de não contradição etc., sem levar em conta sua natureza social” (CHARAUDEAU, 2011, p. 10).

Na problemática comunicativa e descritiva, o sujeito está, ao mesmo tempo, ligado à empiria das trocas no processo de comunicação e constituído/fundado pelo aparato teórico-metodológico em função da maneira pela qual se realiza a construção e a teorização dessas trocas comunicativas.

O sujeito é, pois, um sujeito de comunicação que se define por sua identidade psicológica e social, por um comportamento que é finalizado ao mesmo tempo pelas restrições a que obedece ao se inserir na troca (desse ponto de vista é indeterminado, sendo um sujeito da norma contratual) e por suas próprias intenções com relação ao outro (desse ponto de vista é um “eu”, um sujeito que se torna um indivíduo) (CHARAUDEAU, 2011, p. 11).

Por fim, na problemática representacional e interpretativa, o sujeito pode ser considerado assujeitado ou responsável. No primeiro caso, temos uma posição radical e no segundo uma posição menos globalizante.

¹⁶ As distinções são: o discurso como significância, o texto como configuração e o contexto sob os aspectos paratextual, interdiscursivo e situacional. (CHARAUDEAU, 2011).

A posição mais radical pode ser encontrada nos trabalhos de Michel Pêcheux. Neles o sujeito é tomado como uma ilusão, já que estaria sobredeterminado pelo pré-construído das formações discursivas.

O sujeito não se pertence, ele é falado por um alhures que será chamado ora de ideologia (Althusser), ora de inconsciente (Authier-Revuz), diluindo-se na consciência do grupo social. Em ambos os casos, o sujeito não é um “eu”, mas um “isso” (ideológico ou inconsciente) que fala através do sujeito falante (CHARAUDEAU, 2011, p. 12).

A posição menos globalizante, por sua vez, embora não descarte o mecanismo de sobredeterminação, toma o sujeito por uma condição positiva em detrimento de uma ilusão. O posicionamento social do sujeito é revelado por uma condição de se tornar intermediário dos discursos da *doxa*. De fato, o sujeito nessa posição é considerado responsável por suas representações, mesmo que não se possa afirmar que ele tenha consciência delas.

Essas questões têm a ver com a “escolha” de certos quadros teóricos-metodológico e suas concepções sobre conceitos-chave na Linguística. Quanto a isso, Possenti (2003) lembra que a compreensão em torno das noções de sujeito e de sentido colocaram, por exemplo, a AD e a Pragmática em lados opostos.

A pragmática é o verdadeiro Outro da AD. Por mais que também combata as gramáticas formais e universais, que se afaste das sociologias da linguagem e das semânticas lógicas, seu verdadeiro adversário é a pragmática. O que é perfeitamente compreensível, pois é a pragmática que disputa com a AD o mesmo espaço – o do ‘sentido não-literal’ (POSSENTI, 2003. p. 363).

Para Pragmática, os interlocutores são considerados em seu estatuto de indivíduos, tal que a questão do sentido é invocada por meio da ideia segundo a qual os falantes teriam intenção. Nessa perspectiva, o sujeito é consciente, compartilha escolhas e é, relativamente, livre para (re)organizar suas interlocuções em um dado contexto. Em contraposição, para AD, não há falante, locutor ou mesmo emissor. No nível do discurso, a questão do sentido se resolve por meio das formações discursivas constituídas sócio-historicamente, em que os sujeitos ocupam posições em um dado campo discursivo.

Contudo, Possenti (2003, p. 363) considera que a AD faz uma leitura de simulacro em relação à Pragmática, já que esta, embora inscreva no texto um sujeito intencional, “não desconhece um quadro social no interior do qual a interlocução se dá”. Com base nessa leitura, a Pragmática, para AD, se reduz a uma teoria do sentido, resolvida em termos de intenção do falante, o qual é considerado a fonte do sentido. Assim, “quando a AD atira na pragmática, o

que é visado é o sujeito, verdadeiro fulcro das diferenças entre a AD e outras disciplinas em relação às quais ela produziu sua ruptura” (POSSENTI, 2003 p. 363).

Nos discursos sobre a “importância da leitura”, por exemplo, o leitor surge como aquele que se encontra em algum lugar no mundo, um leitor consciente e intencional, conforme discutimos na primeira parte deste trabalho. De fato, em geral, quando se fala de leitura, o quadro teórico que se vislumbra é o da Pragmática. Nada mais natural se considerarmos a influência dessa perspectiva em diversos campos de conhecimento, particularmente, o da Educação. Além disso, nesse campo, que poderíamos chamar também de político-educacional, a leitura – particularmente a de textos escritos – é compreendida como uma “prática” possível de ser ensinada (ROCHE, 2011). Decorrem também desse campo, tensões e embates transeculares sobre “o poder” da leitura, cuja radicalização é a censura de livros.

Quando percorremos o discurso da AD sobre o “leitor” (coenunciador, alocutário, destinatário, leitor-modelo etc.), observamos que – embora não negue a dimensão pragmática da prática da leitura (leitores reais) – inscreve sempre instâncias leitoras no discurso, isto é, sujeitos coenunciadores, os quais chamamos de leitores avatares (FERREIRA, 2023).¹⁷ Nessa senda, a questão da leitura focaliza a negociação dos efeitos de sentido e não uma “leitura proficiente” (boa/ruim), ou “leitores (mais ou menos) competentes”.

Se a questão do sujeito em AD está aberta, como sugere Possenti (2009), podemos assinalar que a questão do leitor também está. Não podemos falar de “leitor competente” ou “leitura proficiente” para todas as leituras, ou melhor, para todos os gêneros de discurso. O sujeito/enunciador do discurso científico, por exemplo, inscreve um leitor-modelo que não ignore determinados conceitos, tampouco determinadas doutrinas e disputas no campo. Assim, não basta acionar apenas uma competência “linguística” para ler textos científicos, pois a leitura de qualquer texto necessita de um adentramento no interdiscurso.¹⁸ Já o sujeito/enunciador do discurso publicitário não está esperando que seu leitor-modelo recupere conceitos alhures, aliás, nem todo texto publicitário precisa ser compreendido.

¹⁷ Para nós, leitores avatares podem ser tanto o enunciador quanto o coenunciador. Aquele que produz um texto é leitor do “mundo”, aquele que lê é leitor do texto e do “mundo”. Nesse ponto, caberia lembrar de uma passagem de Althusser, citada por Possenti (2003, p. 388): “Que os indivíduos humanos, ou seja, sociais são ativos na história – como agentes das diferentes práticas sociais do processo histórico de produção e de reprodução – é um fato. Mas [...] não são sujeitos ‘livres’ e ‘constituintes’ no sentido filosófico desses termos”.

¹⁸ No *Dicionário*, Charaudeau e Maingueneau (2008, p. 286) apresentam o conceito de interdiscurso por meio de um sentido restrito e um sentido amplo. No sentido restrito, o interdiscurso é “um conjunto de discursos (de um mesmo campo discursivo ou campos distintos) que mantêm relações de delimitação recíproca uns com os outros [...]”. Já no sentido amplo, “o interdiscurso é o conjunto das unidades discursivas [...] com os quais um discurso particular entra em relação implícita ou explícita”.

Com essa comparação, pode parecer que pretendemos insinuar que a leitura de um texto científico é “mais difícil” (ou mais digna), do que a leitura de um texto publicitário, por exemplo. Porém, aqui apenas visamos argumentar que para ambos os campos (científico e publicitário), emergem sujeitos/enunciadores diversos, que inscrevem, cada qual à sua maneira, leitores-avatars igualmente diversos. O sujeito-leitor estaria sempre nessa fronteira entre a adesão e não adesão de um dado discurso. De fato, estaria sempre negociando os efeitos de sentido.

Talvez valesse a pena especificar um pouco melhor o que significa dizer que há um ponto crucial (um ponto de não retorno?) no que se refere à questão [do sujeito]: trata-se fundamentalmente de aceitar que o sujeito é *segundo* em relação ao seu entorno – social, linguageiro, ideológico, cultural, até mesmo biológico. [...]. Dito de outra forma, também corrente, o sujeito não é origem (do sentido, da história) (POSSENTI, 2009, p. 82).

É esse leitor – que se encontra pressionado entre a voz de um sujeito/enunciador e um leitor-avatar inscrito pelo enunciador – que chamamos de sujeito-leitor: sujeito histórico que supostamente leu/lê um texto, e é apreendido em relação às condições sócio-históricas e culturais de um dado discurso; não sendo livre, portanto, para ler o que quer, tampouco para dizer (interpretar) o que quer sobre determinada leitura.

Para encerrar esta seção, vejamos uma análise de parte do artigo de opinião intitulado “Analfabetismo emocional”¹⁹, do economista Claudio de Moura Castro, que retiramos de Ferreira (2023, p. 92-94).

Texto [5]

Analfabetismo emocional

Há os que não conseguem decifrar a língua escrita, são os analfabetos. Outros entendem apenas textos simples, são os analfabetos funcionais. Falarei do que chamo de analfabeto emocional. É aquele que sabe ler, mas é presa das emoções para entender o texto, em vez de usar a razão. Faz uma leitura “criativa”, embalada pelo sentimento e pela paixão. Decifra o texto por via de uma reação pura e espontânea, ignorando os estreitamentos de significado, impostos pelo sentido rigoroso das palavras escritas.

[...]

Faltou a muitos leitores (mas não a todos), a disciplina de seguir o raciocínio, entendendo a lógica do argumento. Por isso, discordam do que não está escrito.

[...]

¹⁹ “Nesse texto, o autor critica o Projeto de Lei nº 597/2007, que propunha alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB, para limitar a quantidade máxima de alunos por sala de aula. Devido às inúmeras críticas recebidas, o autor publica, na edição da *Veja*, de fevereiro de 2013, o artigo intitulado “Analfabetismo emocional” (FERREIRA, 2023, p. 92).

O sujeito/enunciador inscreve desde o início um leitor-avatar (anti-modelo) que ele chama de analfabeto emocional: “É aquele que sabe ler, mas é presa das emoções para entender o texto, em vez de usar a razão”. Esse leitor-avatar, que o sujeito/enunciador quer “censurar”, inscreve-se no discurso do texto também como aqueles que não são disciplinados na leitura para seguir os argumentos, por isso, “discordam do que não está escrito”. Mas não é um leitor “real” de determinado artigo de opinião que discorda do que não está escrito, é uma leitura de simulacro em relação ao que está escrito que impõe a interincompreensão. Contudo, o que o sujeito/enunciador afirma ao leitor-avatar (anti-modelo) do texto é: “se você não concorda comigo, você é um analfabeto emocional”. Em última instância, o sujeito/enunciador exige uma “justa leitura do texto”.

Considerações finais

Leitura é uma noção abrangente, objeto de disputa de diferentes áreas. Porém, não podemos negar que tal noção, invariavelmente, implica um autor e um leitor de textos escritos. Por essa razão, é bastante comum produzir um “perfil” de leitor para determinado segmento (re)produtor de discursos. A *Folha de S. Paulo*, por exemplo, mostra esse “perfil” em pesquisa realizada pelos seus 80 anos.²⁰

O leitor típico da **Folha** tem 40 anos e um alto padrão de renda e de escolaridade. Se uma pessoa for escolhida ao acaso no universo de leitores do jornal, a probabilidade de que seja homem é idêntica à de que seja mulher. Sua faixa etária estará no intervalo que vai de 30 a 49 anos (a idade média é 40,3). Além disso, esse leitor-síntese teria formação superior, seria casado, estaria empregado no setor formal da economia, teria renda individual na faixa que vai até 15 salários-mínimos [...] e familiar na que ultrapassa os 30 mínimos [...].
Faria parte ou da classe A ou da B. Seria católico, possuiria TV por assinatura e utilizaria a Internet.
[...]

Esse “leitor-síntese” de que fala a *Folha*, fortemente marcado pelo seu estatuto pragmático, não tem voz, corpo, cor, raça ou etnia, mas é casado, católico, classe média, heteronormativo (homem ou mulher) etc., ele é, enfim, quase um indivíduo das antigas publicidades de margarina, mas, segundo a *Folha*, ele é real. Na “transparência da

²⁰ Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/quem_e_o_leitor.shtml. Acesso em: 29.abr. 2024.

língua(gem)”, trata-se de um grupo homogêneo, uma cera mole que pode ser moldada, pronta para assimilar informações do seu entorno. Pronta, finalmente, para ler o que deve ser lido. Em trabalhos sobre leitura em uma perspectiva discursiva, podemos conviver com essa representação do leitor, mas não precisamos ficar restrito a ela.

No campo do discurso, as leituras se colocam no espaço da negociação dos efeitos de sentido e do dissenso.²¹ Desse modo, o leitor não é livre para ler e interpretar o que quer em um determinado texto, aliás, ele não é livre sequer para escolher o texto da leitura, o que não significa dizer que ele seja “assujeitado”. Pelo contrário, na leitura discursiva, a recusa recai na ideia da transparência da língua, do sentido imanente do texto, portanto, no leitor pragmático.

O leitor – aquele que estaria no mundo social – lê sempre discursos e não textos no sentido tradicional, conforme quisemos demonstrar em Ferreira (2023). A leitura que impõe uma “justa leitura dos textos” precisa ser ensinada e reproduzida sem cessar, mas antes é preciso destruir as leituras discursivas “não autorizadas”, mas igualmente legítimas, como comentou Bourdieu sobre o sistema escolar.

Parece-me que, quando o sistema escolar representa o papel que representa em nossa sociedade, isto é, quando se torna a via principal ou exclusiva do acesso à leitura e a leitura torna-se acessível a praticamente a todos, penso que ele [sistema escolar] produz um efeito inesperado. O que me surpreendeu nos testemunhos de autodidatas que nos foram relatados é que testemunham uma espécie de necessidade de leitura que, de uma certa maneira, a escola destrói para criar outra, de outra forma (CHARTIER, 2011, p. 241).

Quem não se lembra dos “efeitos inesperados” que a leitura escolar reproduzia (reproduz?) acerca da abolição da escravatura no Brasil, da “indolência” indígena, da “malandragem” africana, da “miséria habitual” do povo nordestino, da “burrice” de quem fala uma variedade da língua de menor prestígio etc.? Para sermos justos, a escola brasileira tem combatido esse “efeito inesperado”, embora o estrago já seja grande.

Referências

- ADAM, Jean-Michel. *A linguística Textual: uma introdução à análise textual dos discursos*. São Paulo: Cortez, 2011.
- BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.
- CEREJA, William; COCHAR, Thereza. *Português Linguagens. 9º ano*. [S.l.:] Saraiva, 2015.

²¹ Ou seja, as leituras (interpretações, como dizem os antigos) que produzimos de um dado texto se colocam no espaço da negociação dos efeitos de sentido e do dissenso, por isso, são leituras discursivas.

- CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. Coordenação de tradução Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2008.
- CHARAUDEAU, Patrick. “Dize-me qual é teu corpus, eu te direi qual é a tua problemática”. *Diadorim*, Rio de Janeiro, Volume 10, p. 01 - 23, dezembro 2011.
- DALVI, Maria Amélia; REZENDE, Neide Luzia de, JOVER-FALEIROS, Rita (Orgs.). *Leitura de literatura na escola*. São Paulo, SP: Parábola, 2013.
- FERREIRA, Anderson. FERREIRA, Cristiane da Silva; NASCIMENTO, Jarbas Vargas. A produção da leitura discursiva na enunciação do livro didático: possíveis contribuições da Análise do Discurso. *VERBUM - Cadernos de Pós-graduação*, v. 7, n. 3, p. 106-124, dez. 2018.
- FERREIRA, Anderson. Leitura, Texto e Discurso. *Revista Litteris* - n. 25 - julho, p. 1-23, 2020.
- FERREIRA, Anderson. *Ler discursos*. Jundiaí, Paco Editorial, 2023.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Cenas da enunciação*. Sírio Possenti e Maria Cecília Péres Souza-e-Silva (Orgs.). São Paulo, Parábolas, 2008.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. 6. ed. ampl. Tradução Cecília P. de Souza e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2013.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e análise do discurso*. Tradução Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2015a.
- MAINGUENEAU, Dominique. O que pesquisam os analistas do discurso. *Revista da ABRALIN*, v.14, n.2, p. 31-40, jul./dez. 2015b.
- MAINGUENEAU, Dominique. Texto, gênero de discurso e aforização. In: SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília; BRAIT, Beth (Orgs.) *Texto ou discurso?* Tradução Ana Raquel Motta. São Paulo: Contexto, 2022, p. 109-127.
- MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia de bolso, 2021.
- MARTINS, Maria Helena. *O que é leitura*. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Variação, mudança e norma: movimentos no interior do português brasileiro. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (org.). *Diversidade Linguística e Ensino*. Salvador: EDUFABA, 1996. p. 19-43.
- ROCHE, Daniel. As práticas da escrita nas cidades francesas do século XVII. In: CHARTIER, Roger. (Org.) *Práticas da leitura*. Tradução de Cristiane Nascimento. Introdução de Alcir Pécora. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.
- POSSENTI, Sírio. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.) *Introdução à Linguística - Volume 3: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 353-391
- POSSENTI, Sírio. *Questões para analista do discurso*. São Paulo: Parábola, 2009.
- POSSENTI, Sírio. Notas sobre língua, texto e discurso. In: SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília; BRAIT, Beth (Orgs.) *Texto ou discurso?* São Paulo: Contexto, 2022. p. 238-255.
- PROUST, Marcel. *Sobre a leitura*, seguido do depoimento de Célest Albaret a Sonia Nolasco-Ferreira. Tradução Julia da Rosa Simões. Porto Alegre, RS: L&PM, 2016.